

A DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DSI/MRE), O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEX) E O MONITORAMENTO DOS BRASILEIROS EXILADOS: O CASO DO CHILE (1970-1973)

THE SECURITY AND INFORMATION DIVISION OF THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (DSI/MRE), THE FOREIGN INFORMATION CENTER (CIEX) AND MONITORING OF BRAZILIAN EXILIES: THE CASE OF CHILE (1970-1973)

Cristiane Medianeira Ávila Dias¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a criação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) e do Centro de Informações do Exterior (CIEX) e as suas estruturas de funcionamento, especialmente nas ramificações desses dois órgãos de segurança que atuaram junto à Embaixada brasileira em Santiago, entre 1970 e 1973. Cabe destacar que o clima de relativa liberdade política vivenciado no Chile, a partir da vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970, atraiu militantes de organizações de esquerda, não só brasileiras, como latino-americanas. Nesse cenário, a finalidade do Itamaraty com as ações dos agentes do CIEX e da DSI/MRE no país era impedir que as organizações brasileiras mantivessem vínculos entre si, estabelecessem relações com grupos ou partidos de esquerda de outros países ou com a opinião pública internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Itamaraty; Exílio; Chile

ABSTRACT: This article aims to analyze the creation of the Security and Information Division of the Ministry of Foreign Affairs (DSI/MRE) and the Foreign Information Center (CIEX) and its operating structures, especially in the branches of these two security agencies that worked with the Brazilian Embassy in Santiago, between 1970 and 1973. It is noteworthy that the climate of relative political freedom experienced in Chile, following the victory of

¹* Este artigo é uma versão adaptada de parte do terceiro capítulo da minha tese de doutorado, intitulada “Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)”, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 10 de junho de 2019.

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço eletrônico: cristiane-historia@hotmail.com.

Salvador Allende in the 1970 presidential elections, attracted militants from leftist organizations, not only Brazilian but also Latin American. In this scenario, Itamaraty's purpose with the actions of CIEX and DSI/MRE agents in the country was to prevent Brazilian organizations from maintaining ties with one another, establishing relations with leftist groups or parties from other countries or with international public opinion.

KEYWORDS: Itamaraty; Exile; Chile

Considerações iniciais

A repressão empregada pela ditadura civil-militar de Segurança Nacional (SN) brasileira projetou duas ondas de exílio. A primeira onda era formada principalmente de políticos e sindicalistas vinculados a João Goulart e a Leonel Brizola, que se caracterizavam, em linhas gerais, por possuírem profissões definidas e condições econômicas estáveis, o que facilitou a travessia e a fixação de residência no Uruguai, país para onde se dirigiram depois do golpe de 1964. Outra onda de exílio surgiu após a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no final de 1968, formada em sua maioria por brasileiros que haviam aderido à luta armada². Esses ativistas políticos, diferentemente do primeiro grupo, se originaram basicamente do movimento estudantil, não tinham ofício determinado, possuindo poucos recursos para se estabelecerem no estrangeiro (ROLLEMBERG, 1999).

Cabe destacar que a segunda onda de exilados representou uma ruptura drástica com os exílios que se desenrolaram em períodos anteriores, uma vez que o AI-5 permitiu a instauração do Terrorismo de Estado (TDE) no Brasil, ao conceder os subsídios institucionais que os órgãos de segurança precisavam para fazer uso da força de forma indiscriminada, com o objetivo de acabar com as ações dos setores de oposição (PADRÓS, 2005). Assim, a segunda onda de exilados foi o resultado direto de práticas terroristas, entre as quais o sequestro, a tortura e o assassinato, empregadas pelo aparato repressivo estatal brasileiro

² O exílio no período em questão também incluiu familiares de perseguidos políticos, artistas, professores e intelectuais que, sem condições de exercer suas atividades profissionais no Brasil, seguiram para o Chile.

contra as organizações de esquerda. Os militantes sobreviventes, perseguidos e sem condições de dar prosseguimento as suas ações, foram obrigados a deixar o país e se exilaram principalmente no Chile.

Os brasileiros escolheram esse país porque no início da década de 1970, a esquerda chilena se encontrava num momento de euforia política, impulsionada pela chegada de Salvador Allende à presidência. Após três eleições fracassadas, essa foi a oportunidade da coalizão de partidos e organizações que integravam a Unidade Popular³ (UP), colocar em andamento um projeto de governo, que previa a transformação das bases do capitalismo no país. A principal medida dessa proposta tinha o objetivo de retirar as ações imperialistas estadunidenses, aliadas à burguesia financeira local, do domínio exercido sobre a exploração de cobre e de outros minérios, que eram as grandes responsáveis pela geração de divisas para a economia chilena.

O projeto de implantação do socialismo chileno, no entanto, sofria críticas dentro da própria UP. A ala rupturista do Partido Socialista⁴ (PS), liderada por Carlos Altamirano, por exemplo, considerava impossível o estabelecimento de uma aliança entre a UP e os setores médios que, ao longo do século XX, havia se identificado mais com as aspirações econômicas e valores morais da burguesia que dos operários e camponeses. Na avaliação de Altamirano, na medida em que a UP começasse a atacar os interesses da burguesia financeira – aliada ao imperialismo estadunidense – e dos grandes proprietários de terras, expropriando latifúndios e decretando a intervenção de empresas estratégicas para a economia nacional, os setores médios passariam a integrar os quadros de oposição, empenhados em combater os interesses da classe trabalhadora chilena. Por essa razão, a ala rupturista defendia a irrupção de um movimento revolucionário armado no país (ALTAMIRANO, 1979).

³ A UP era formada pelo Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU), a Acción Popular Independiente (API) e os Partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemócrata. PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 1970. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME). Disponível em: <http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_UP/SAdocup0002.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

⁴ O PS dividia-se em ala rupturista e gradualista; a primeira defendia a implantação do socialismo no Chile através da via armada e a segunda, da via eleitoral.

Os brasileiros exilados não ficaram imunes aos debates e controvérsias que envolviam a experiência chilena de implantação do socialismo. Parte dos militantes, em contato com a realidade chilena, abandonou a via armada, e resolveu prestar apoio ao governo Allende, estabelecendo relações políticas com partidos e organizações que integravam a UP. A outra parte manteve a opção pela via armada, alinhando-se aos quadros do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*⁵ (MIR), da ala rupturista do PS e de organizações de esquerda bolivianas, argentinas e uruguaias, na tentativa de compor um movimento revolucionário regional. Um terceiro setor dedicou o tempo de exílio em território chileno organizando a volta e a retomada da luta armada no Brasil.

Os brasileiros exilados, entretanto, desconheciam a estrutura repressiva⁶ que o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) montaram no Chile, com o objetivo de monitorar as suas atividades. Tal vigilância era realizada por intermédio da Embaixada brasileira em Santiago, na época presidida pelo embaixador Antônio Cândido Câmara Canto⁷, e de dois órgãos de segurança que funcionavam em suas instalações: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). Enquanto a DSI/MRE elaborava relatórios confidenciais, a partir de informações coletadas na imprensa local sobre a comunidade de brasileiros, o CIEX se encarregava de buscar, tratar e transmitir informes sigilosos sobre os exilados, com material obtido de forma encoberta por agentes infiltrados entre as organizações de esquerda no exílio.

⁵ O MIR era uma organização de esquerda fundada em 1965 que adotava posição semelhante à ala rupturista do PS, se posicionando contra o estabelecimento de uma aliança com os setores médios e em defesa da luta armada.

⁶ A estrutura repressiva foi um sistema organizado pela ditadura de SN brasileira, a partir da fundação do SNI em 1964, que reuniu órgãos de segurança militares e civis, encarregados de vigiar, prender, torturar, sequestrar, assassinar e desaparecer militantes de esquerda, não apenas em território nacional, como no exterior.

⁷ Antônio Cândido Câmara Canto era conhecido no serviço diplomático por suas posições anticomunistas, destacando-se no período em que atuou como embaixador no Chile pelos vínculos estabelecidos com setores que integravam a direita chilena e por se posicionar contra o governo Allende (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Cabe destacar, contudo, que o sistema de informações do Itamaraty não começou a ser estruturado na década de 1960, mas no início do século XX e que o CIEX e a DSI/MRE, a partir do momento em que foram fundados, respectivamente nos anos de 1966 e 1967, não funcionaram apenas na Embaixada brasileira localizada no Chile, mas também em representações diplomáticas de países como Uruguai, Argentina, França e Portugal. Os detalhes sobre a criação e o funcionamento desses dois órgãos de segurança, principalmente em território chileno, constituirão a temática abordada no presente artigo.

A criação do sistema de informações do Itamaraty

A ideia de criar um serviço de informações subordinado ao Itamaraty surgiu nas primeiras décadas do século XX, quando o ministro Raul Paranhos do Rio Branco, designado para atuar em Berna, na Suíça, estabeleceu contato com a *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA). A EIA era uma organização de extrema direita, fundada em 1924, que tinha o objetivo de combater o avanço do comunismo de inspiração soviética, em âmbito internacional. A aproximação entre a EIA e o Itamaraty tornou-se mais efetiva a partir da chegada ao Brasil, em 1934, de Odette de Carvalho e Souza⁸, secretária do ministro brasileiro em Genebra que, durante vários anos trocou dados com essa organização. Dois anos mais tarde, Odette foi nomeada diretora do recém-criado, Serviço de Estudos e Investigações (SEI), que passou a funcionar junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior, com a finalidade de vigiar as atividades de supostos adeptos das ideias comunistas em outros países. Posteriormente, os dados coletados pelo SEI eram transmitidos à

⁸ “A primeira embaixadora do Itamaraty e primeira embaixadora de carreira do mundo”. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/miolo-mulheres-diplomatas-no-itamaraty.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

polícia brasileira, que os utilizava para impedir a entrada desses ativistas políticos nas fronteiras do país⁹.

É importante ressaltar que, além do SEI, o MRE ainda criou em 1946 o Departamento Político e Cultural, encarregado de realizar intercâmbio de informações entre os ministérios, as polícias políticas estaduais e o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI). O sucessor de Odette de Carvalho e Souza na direção desse órgão, o embaixador Manoel Pio Corrêa, em seu livro de memórias, afirmou ter herdado, ao assumir esse órgão de segurança em 1956, “um arquivo, compilado por ela no Ministério da Justiça, de indivíduos, nacionais e estrangeiros, envolvidos em atividades subversivas contra os interesses do Brasil” (CORRÊA, 1996: 656). O embaixador Marcos Côrtes, que integrou o quadro de funcionários desse arquivo, afirmou aos relatores da Comissão Nacional da Verdade¹⁰ (CNV) desconhecer os assuntos tratados em seus documentos, uma vez que trabalhou apenas na organização e catalogação dos mesmos¹¹.

Em síntese, pode-se afirmar que o SEI e o Departamento Político e Cultural dividiram a responsabilidade pela coleta, análise e transmissão de dados no Itamaraty, originando uma estrutura de funcionamento que se refletiu na fundação do CIEX e da DSI/MRE. Dada às devidas proporções, a função do SEI e do Departamento Político e Cultural se assemelhavam a do CIEX e da DSI/MRE, que também se caracterizavam por serem órgãos de segurança que tinham como principal função reunir e transmitir informações a uma estrutura

⁹ Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

¹⁰ No ano de 2011, o governo brasileiro instaurou uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as violações cometidas pelo Estado, no período compreendido entre 1946 e 1988. Em seu relatório final, publicado em dezembro de 2014, a CNV reconheceu que os métodos repressivos utilizados pela ditadura excederam os limites institucionais, confirmando o envolvimento do Brasil na Operação Condor e em outros esquemas de colaboração repressiva estruturados no Cone Sul.

¹¹ CÔRTEZ, M. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%206,%2019%20%2000092_000957_2014_88%20-%20Marcos%20Henrique%20Camillo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

montada pelo Estado brasileiro, com o objetivo de combater as ações de sujeitos considerados perigosos à manutenção da ordem e do *status quo*: o comunista, no primeiro caso, e o subversivo ou inimigo interno, no segundo¹².

Constata-se, porém, que o CIEX e DSI/MRE possuíam uma estrutura de ação mais avançada que o SEI e o Departamento Político e Cultural, porque foram responsáveis por encaminhar informações que permitiram ao aparato repressivo agir contra os opositores políticos, não apenas dentro das fronteiras nacionais, como também no exterior. Tal mudança refletia as adaptações impostas pela ditadura à comunidade de informações, a partir das diretrizes estabelecidas pela Doutrina de Segurança Nacional¹³ (DSN), principalmente em relação ao conceito de fronteiras ideológicas, para o qual o subversivo, mesmo na situação difícil de refugiado, sem condições reais de organizar movimentos de oposição, permanecia sendo tratado como um inimigo interno que, na lógica do aparelho estatal, devia ser vigiado, perseguido e, em situações específicas, eliminado em terras estrangeiras.

Parte da eficácia dessa rede repressiva pode ser atribuída ao controle rígido e sistemático que o Itamaraty adotou para acompanhar a produção, avaliação e distribuição dos dados transmitidos pelos agentes da DSI/MRE e do CIEX, a partir da instituição do Plano Setorial de Informações do Ministério das Relações Exteriores (PSI/MRE), em outubro de 1970. Em síntese, pode-se afirmar que o PSI/MRE foi um programa de busca/coleta, análise e encaminhamento de informações, estreitamente vinculado ao Plano Nacional de Informações (PNI), montado por agentes do SNI a partir das orientações de seu diretor – general Carlos Alberto da Fontoura. Em janeiro de 1971, Fontoura

¹² O termo “comunista” começou a ser empregado no decorrer da década de 1920, para designar principalmente militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O termo “subversivo” ou “inimigo interno”, por outro lado, passou a ser utilizado na década de 1960, no contexto da Guerra Fria e da disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) na América Latina, para conceituar integrantes de partidos e sindicatos de esquerda, militantes da luta armada e, de forma geral, qualquer sujeito que contestasse a ordem social vigente.

¹³ A DSN era uma espécie de “esqueleto teórico”, que estabeleceu seus parâmetros baseada na existência da Guerra Fria e da bipolaridade. Nesse sentido, o mundo vivenciaria um conflito permanente entre dois inimigos: o comunismo bárbaro, representando pela União Soviética, e o capitalismo, responsável pela liberdade no Ocidente, cujo principal expoente era os Estados Unidos (PADRÓS, 2005: 184).

determinou que o programa fosse colocado em prática pelos órgãos de segurança pertencentes à comunidade de informações (CI) do Itamaraty, ou seja, a DSI/MRE e o CIEX. O PSI determinava, entre outras medidas, que as informações produzidas por esses órgãos fossem divididas em Necessárias (INA) e Setoriais (IS), definidas da seguinte forma:

As informações Necessárias (INA) ou Estratégicas, internas, externas ou de segurança interna são aquelas que interessam à política nacional, e resultam da integração e processamento de todas as informações – setoriais regionais e outras – sobre um mesmo assunto. As Informações Setoriais (IS), internas, externas ou de segurança interna são aquelas especificamente relacionadas com as missões e o campo de atuação dos Ministérios e órgão de administração a ele vinculados¹⁴.

A divisão das informações em INS ou IS baseava-se nos chamados Objetivos Nacionais de Informações (ONI) e Objetivos Setoriais de Informações (OSI), determinados pelo Plano Nacional de Informações do SNI. Nesse sentido, os ONI e os OSI relativos ao Itamaraty foram definidos como sendo a paz nacional e mundial, a prosperidade nacional, o caráter nacional, a segurança nacional e continental, a integridade territorial, a soberania nacional, a democracia representativa e o prestígio internacional. Infere-se que objetivos como a segurança nacional, por seu caráter amplo e vago, não determinavam com clareza as metas que os agentes do CIEX e da DSI/MRE, deveriam alcançar com suas atividades no exterior, para atender as demandas do PSI/MRE.

Tais objetivos também evidenciavam um forte apelo nacionalista, pois todas as diretrizes dos ONI e OSI eram determinadas em relação aos interesses e a segurança da “nação brasileira”. O estabelecimento de objetivos nacionais pelo PSI/MRE tinha relação com a disseminação da DSN, efetuada pelos Estados Unidos, as Forças Armadas e a polícia dos países latino-americanos. Segundo essa doutrina, os países alinhados ao capitalismo e ao ocidente, como

¹⁴ Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Aviso%20secreto%20G-DSI-48500.5,%20PSIMRE%20e%20anexo%201%20do%20PSIMRE.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

o Brasil, deveriam procurar manter a coesão interna, não abrindo brechas para o acirramento dos conflitos sociais e a propagação das ideias comunistas entre os setores pobres e marginalizados da população.

Na interpretação de Comblin, “concebe-se a nação como uma só pessoa, um único ser dotado de uma única vontade, que define seus fins e adapta os meios aos fins”, ou seja, o Estado deveria seguir metas políticas e militares baseadas em um projeto nacional e conseqüentemente os objetivos por este estabelecidos, visando impedir o avanço do comunismo em âmbito interno e regional. Por essa razão, os objetivos do projeto e a segurança nacional estavam intimamente vinculados entre si, por serem definidos de forma conjunta para cada nação. Na prática, essa aproximação diminuiu a distância entre a aplicação ou não da violência por parte do Estado, que rompeu as barreiras constitucionais para o uso da força, com a justificativa de atingir os objetivos nacionais:

A Segurança Nacional suprime a diferença entre a política interior e exterior. O inimigo, o mesmo inimigo está no interior e no exterior [...]. Em todas as partes existem ameaças que podem afetá-la. Em todas as partes a subversão, o seu inimigo, seu inimigo qualificado, pode se manifestar. Tanto a vida política, como a vida econômica ou a vida cultural e ideológica são problemas de segurança. A estratégia deve orientar, controlar, vigiar todos esses domínios (COMBLIN, 1978: 50).

A DSN não definiu de forma clara quem era o inimigo interno – teoricamente infiltrado de forma vertical em todos os níveis da sociedade –, que devia ser combatido, o que tornava qualquer pessoa, envolvida ou não em atividades políticas, suspeita perante o Estado. A existência desse inimigo e a necessidade de uma guerra permanente para acabar com suas atividades, porém, serviu ao propósito de manter uma permanente situação de emergência, que permitia aos governos ditatoriais impor restrições fora dos limites institucionais sobre as liberdades e os direitos de seus cidadãos. Tais medidas permitiram o controle da população como um todo, facilitando o uso discricionário do aparelho estatal contra os setores de oposição, em território nacional e no exterior (TAPIA VALDÉS, 1980).

Baseando-se nesses pressupostos, o PSI/MRE estabeleceu que um dos objetivos do CIEX e da DSI/MRE em relação à segurança nacional era “investigar a atuação dos exilados, cassados, banidos ou punidos pela Revolução, no país ou no exterior, e sua vinculação a qualquer processo subversivo interno”¹⁵. Para atingir esse objetivo, os dois órgãos de segurança receberam o apoio da Embaixada brasileira em Santiago, presidida pelo embaixador Antônio Cândido Câmara Canto, interessado no término das atividades políticas da comunidade de exilados estabelecida no Chile.

O funcionamento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) e do Centro de Informações do Exterior (CIEX)

Um dos suportes da colaboração do Itamaraty com o aparato repressivo estatal brasileiro era a DSI e suas subordinadas – Assessorias de Segurança e Informações (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Esses órgãos de fachada civil, criados em 1967, tinham a função de obter e divulgar informações para a agência central do SNI e órgãos militares, envolvidos diretamente nas operações repressivas, entre os quais estavam o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Para garantir a eficiência desse sistema de coleta e transmissão de dados, a ditadura instaurou uma agência da DSI em cada um dos ministérios civis existentes no Estado brasileiro (FICO, 2001). Ou seja, a DSI/MRE instalada na Embaixada brasileira em Santiago era uma das derivações da agência central do órgão de segurança, que funcionava nas dependências da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília.

O outro suporte do Itamaraty era o CIEX, um órgão de segurança fundado no ano de 1966, pelo embaixador Manoel Pio Corrêa, com o objetivo

¹⁵ Brasil. CNV. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Circulares%20secretas%20n.%20250%20e%20n.%20252.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

de monitorar as atividades da primeira onda de brasileiros no exílio, que se instalou no Uruguai após o golpe de 1964. Pio Corrêa, em seu livro de memórias, afirmou que a função desse órgão era vigiar os exilados envolvidos na estruturação de movimentos contrários à ditadura, a partir do país vizinho (CORRÊA, 1996). O CIEX também tinha interesse nos grupos de brasileiros que, durante o exílio, estabeleceram vinculações políticas com organizações ou partidos de esquerda uruguaios, como o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros*¹⁶ (MLN-T), devido à possibilidade de formação de um movimento revolucionário de caráter regional.

Cabe destacar que tanto o CIEX quanto a DSI/MRE tinham dupla vinculação, respondendo às solicitações encaminhadas pelo gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores e pela agência central do SNI. O chefe da sede da DSI/MRE em Brasília, de 1971 até 1980, Adolpho Benevides, negou esse vínculo, afirmando que “havia aqueles casos em que o SNI sempre devia ser consultado sobre aspectos de segurança nacional, mas como subordinação, não existia [...]. A minha subordinação era ao ministro”. No decorrer do depoimento, entretanto, Benevides declarou:

Eu encontrei uma prática, por assim dizer. Então havia casos, por exemplo, concessão de passaporte aos exilados brasileiros. Isso devia ser consultado o SNI [...]. Isso vivia criando problema com jornalistas, era o credenciamento de jornalistas no próprio Itamaraty. Se consultava o Itamaraty, o SNI, às vezes, não respondia ou demorava a responder e acabava respondendo e acabava liberando. Eu não me lembro de casos que tivesse havido uma negativa. Às vezes, o que havia era uma demora a responder¹⁷.

Uma das diferenças em relação aos dois órgãos de segurança era que a DSI/MRE integrava o organograma oficial de funcionamento do Itamaraty, enquanto o CIEX funcionava como uma divisão encoberta, pois nem a portaria

¹⁶ “Fundado en 1965, MLN-T nunca se declaró marxista, ni tampoco leninista, por lo que su interpretación de los hechos históricos y de la dinámica política no estaba sustentada en la idea de la lucha de clases, en sentido estricto, sino en las dicotomías imperio-nación, oligarquía-pueblo, explotadores-explotados” (TORRES, 2012: 93).

¹⁷ BENEVIDES, A. Depoimento CNV. Brasília/DF, 16 de abril de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_2_58_-_00092_000781_2014_64_-_Adolpho_Correa_de_S_e_Benevides.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

que oficializou sua montagem, em 1966, foi localizada até a presente data. Sabe-se, porém, que a mesma recebeu a designação de ultrassecreta, como destacou um documento anexado ao relatório final da CNV, em 2014:

Para que possa cumprir sua finalidade, obedecendo aos critérios fixados, é necessário que o serviço em apreço seja criado do próprio Ministério das Relações Exteriores, tanto mais porquanto seu titular incumbe a responsabilidade pela operação desse serviço no exterior, devendo assim estar a ele afeto o controle do mesmo. Naturalmente, teria de ser mantida a característica de “clandestinidade” do órgão projetado mesmo dentro do Itamaraty. Isso é possível fazendo com que o mesmo seja autorizado, em documento ultrassecreto e não publicado, pelo Senhor Presidente da República, com o Referendo do Ministro do Exterior. Sua existência seria encoberta dentro da estrutura do Itamaraty e a Divisão de Segurança e Informações atuaria como meio de contato oficial para esse serviço com os demais órgãos do Itamaraty e outras dependências da administração pública federal que não integrem a comunidade nacional de informações¹⁸.

Para manter encoberta as atividades do CIEEX, seus agentes ocupavam cargos oficiais no serviço diplomático, em Embaixadas Brasileiras situadas em capitais de países da América Latina e Europa, como Santiago, Montevidéu, Buenos Aires, Paris e Lisboa. No Brasil, por sua vez, a chefia do órgão de segurança foi exercida por primeiros-secretários, ministros-conselheiros e embaixadores, durante o seu período de funcionamento, de 1966 a 1984. A chefia da DSI/MRE, por outro lado, foi exercida pelo embaixador Adolpho Benevides. Em seu depoimento à CNV, o diplomata afirmou ter assumido a direção do órgão de segurança no Brasil, depois que o ministro Luiz Parente de Mello foi enviado ao Rio de Janeiro, com a missão de auxiliar no embarque dos setenta presos políticos trocados pelo embaixador suíço, para o Chile. A esse respeito, Benevides declarou: “no outro dia, eu fui chamado pelo subchefe do Gabinete do Ministro, que me disse para eu me ocupar, provisoriamente, dessa Divisão diante da ausência do titular. Eu lembro que fiz uma pergunta: Mas o que faz essa Divisão? Ele disse: Você vai aprender”. Ou seja, o embaixador

¹⁸ Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%2000092_000292_2015_93.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

confirmou a existência de uma sede do órgão de segurança na capital do país, mas negou que a DSI/MRE mantivesse agências nas representações diplomáticas brasileiras no exterior¹⁹.

O intercâmbio de informações entre a DSI/MRE instalada na Embaixada brasileira em Santiago e a sede do órgão de segurança em Brasília, porém, refutou essa afirmativa de Adolpho Benevides. Em junho de 1971, por exemplo, o cônsul-geral, Mellilo de Mello, solicitou ao embaixador o envio regular de jornais com reportagens envolvendo militantes procurados pela justiça ou banidos do território nacional, com o objetivo de manter atualizada a lista de brasileiros que haviam se exilado no Chile. A intenção de tal medida era monitorar as atividades desses militantes, porque o país, na definição do cônsul estava se “convertendo num polo de atração para subversivos e terroristas brasileiros”²⁰.

A DSI/MRE era constituída de uma sede em Brasília e agências distribuídas nas Embaixadas ou Consulados de países como Chile, Bolívia e Uruguai. Tal estrutura assemelhava-se a do CIEX, que era constituído por uma central, também situada em Brasília, e bases instaladas em capitais de vários países do mundo. Com essa estrutura, o fluxo das informações produzidas por cada agência ou base desse órgão de segurança seguia em direção ao núcleo comum no Brasil, não existindo uma rede de comunicação direta entre essas unidades. Os canais utilizados para realizar a transmissão de dados eram específicos dentro das Embaixadas ou Consulados; as mensagens eram cifradas em código próprio conhecido apenas por seus agentes. Na sede ou na central, a

¹⁹ BENEVIDES, Adolpho. Depoimento CNV. Brasília/DF, 16 de abril de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_2_58_-_00092_000781_2014_64_-_Adolpho_Correa_de_S_e_Benevides.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

²⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.46, p. 66/112. Remessa de jornais para o Consulado Geral em Santiago. 01 de junho de 1971.

informação era analisada, qualificada e, posteriormente, transmitida ao restante dos órgãos que compunham a comunidade²¹ de informações brasileira.

Cabe destacar que a estrutura do CIEX baseava-se no funcionamento de uma das agências de informações do serviço secreto inglês, o MI5²². O embaixador Marcos Côrtes, que chefiou o CIEX entre 1966 e 1968, em depoimento concedido à CNV, afirmou que em 1960, viajou para o Reino Unido, por ordem de Manoel Pio Corrêa, com o objetivo de realizar um estágio na agência do Ministério das Relações Exteriores inglês, o *Foreign Office*, situado em Londres. Nas palavras de Côrtes, durante os quarenta e cinco dias em que frequentou esse local, realizou um curso de aperfeiçoamento em análise de informações, que “era basicamente um estágio sobre análise política, no sentido diplomático, técnicas de análise política”²³. Com isso verifica-se que, durante os anos de 1960, concomitantemente à disseminação da DSN no Brasil, houve um estreitamento de relações entre o Itamaraty e o serviço secreto inglês, especificamente relacionado ao treinamento de funcionários do serviço diplomático, vinculados à comunidade de informações.

O CIEX, baseado na estrutura do MI5, instalou bases em Embaixadas Brasileiras localizadas em vários países da América Latina e Europa. O órgão de segurança, porém, nunca foi incorporado com essa sigla ao organograma de funcionamento do MRE. Conforme a CNV, em 1973 o CIEX abrigou-se nessa estrutura com a designação de Assessoria de Documentação de Política Exterior (ADOC) e, em 1975, de Secretaria de Documentação de Política Exterior

²¹ “A comunidade era um conceito antigo nas Forças Armadas, mas somente com Médici começou a funcionar de fato. A ideia era aparentemente simples: todos os órgãos públicos que manejavam informações relacionadas à segurança [...] passariam a colaborar uns com os outros. Não havia uma hierarquia interna na comunidade, apenas o compromisso de ajuda mútua. Faziam parte da comunidade o SNI [...], os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, os serviços de informações das polícias militares, as DSI e as ASI, a Polícia Federal e as polícias civis” (FIGUEIREDO, 2005: 198).

²² Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

²³ CÔRTEZ, M. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%206,%2019%20%2000092_000957_2014_88%20-%20Marcos%20Henrique%20Camillo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

(SEDOC). Os dois órgãos estavam vinculados diretamente à Secretaria Geral ou ao gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores e sua função era agir a partir de “bases” instaladas em missões diplomáticas brasileiras no exterior²⁴.

As primeiras bases do CIEX foram criadas em Embaixadas Brasileiras situadas em capitais de países latino-americanos e, mais tarde, europeus. Com isso o órgão de segurança iniciou suas atividades na Embaixada de Montevidéu, na segunda metade da década de 1960 e, posteriormente, se instalou em Santiago, Buenos Aires e Assunção. Após o golpe de 11 de setembro no Chile, com a saída de exilados brasileiros para a Europa, o CIEX fundou bases em Paris, Lisboa, Genebra, Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental. Existe também a hipótese, não comprovada pela CNV, da existência de bases do órgão de segurança também em La Paz, Lima, Caracas e Londres²⁵. Esses dados evidenciam que, a criação de bases do CIEX no exterior seguiu as ondas de brasileiros que seguiram em direção ao exílio nos anos 1960 e 1970. A concentração de exilados no Uruguai, depois do golpe, motivou a fundação da primeira base em Montevidéu. O fato se repetiu no Chile, que após a chegada de Salvador Allende ao governo, recebeu um número significativo de exilados brasileiros, determinando a criação de uma base em Santiago. O golpe, entretanto, modificou esse panorama, pois muitos brasileiros foram obrigados a deixarem a América Latina para se exilarem em outros continentes, sobretudo na Europa, motivando a fundação de novas bases.

Nesse cenário, a base do CIEX em Montevidéu encarregou-se de vigiar políticos, sindicalistas e ex-militares que haviam se destacado no cenário político nacional, como o ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim, o líder da esquerda nacionalista Leonel Brizola e o ex-presidente, João Goulart. Para

²⁴ Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

²⁵ Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

exemplificar e confirmar essa asserção cita-se um documento encaminhado à comunidade de informações no Brasil em 1968, no qual o órgão de segurança detalhou a cerimônia de inauguração do restaurante “O Cangaceiro”, chamando a atenção para a presença de exilados brasileiros no evento, realizado na capital uruguaia:

1. Foi inaugurado em 2/MAR/68 o restaurante “O CANGACEIRO”, localizado na Rambla de Pocitos (Montevideú), de propriedade aparente do asilado brasileiro AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA. 2. À festa de inauguração estiveram presentes os seguintes asilados: – AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA – CLAUDIO BRAGA DUARTE – IVO MAGALHÃES LONDRES – JACY PEREIRA LIMA – APOLON FANZERES – AMADEU THIAGO DE MELLO – DAGOBERTO RODRIGUEZ – JOSÉ GUIMARÃES NEIVA MOREIRA – ALMIR BRAGA – GILBERTO AZEVEDO E DJALMA MARANHÃO. 3. O citado estabelecimento recebeu ainda cumprimentos através de oferendas florais de JOÃO GOULART, LEONEL DE MOURA BRIZOLA, ALONSO MINTEGUI, GUIDO BABOT e outras não identificadas²⁶.

Por seu turno, as bases fundadas em capitais como La Paz e Buenos Aires foram estruturadas para monitorar os brasileiros exilados que, no começo dos anos 1970, cruzavam a Argentina ou a Bolívia para alcançar o Chile ou retornar ao Brasil. As rotas de travessia incluíam, de forma geral, o eixo Porto Alegre – Montevideú – Buenos Aires – Mendoza – Santiago ou Porto Alegre – Porto Xavier – Misiones – Mendoza – Santiago. Em relação ao território boliviano, cabe destacar que um grupo de brasileiros se deslocou para aquele país, no início de 1971, com o objetivo de estabelecer uma rota de passagem para o Brasil, entre as cidades de Santiago – Arica – La Paz – Santa Cruz de La Sierra – Corumbá, Um informe do CIEX, publicado em junho de 1972, relatou o uso pelos brasileiros exilados no Chile, de outra rota montada na Argentina:

1. Em 03/maio/1972 chegou a Santiago do Chile, procedente de Mendoza (Argentina), via terrestre, o ex-cabo Fuzileiro Naval, RAIMUNDO DAMASCENO, atualmente radicado na cidade de Misiones (Argentina). 2. Em Santiago do Chile o marginado estabeleceu contatos com CÂNDIDO DA

²⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.03.3, p. 37/90. Asilados brasileiros no Uruguai. Amaury Silva. João Goulart. Restaurante “Cangaceiro”. 07 de março de 1968.

COSTA ARAGÃO, CARLOS FIGUIREIDO DE SÁ e JOAQUIM PIRES CERVEIRA, verificando que teriam conversado sobre a cobertura para viagens de terroristas brasileiros ao Brasil, passando por Misiones como “ponto de apoio”. 3. DAMASCENO retornou a Argentina em 07/maio/1972, usando a mesma via de ingresso no Chile²⁷.

Portanto, a DSI/MRE acompanhou as ondas de exílio dos brasileiros no Uruguai e no Chile, além da travessia de militantes pelos países da Argentina e Bolívia. Em março de 1968, o órgão de segurança produziu um relatório com informações retiradas do jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre, sobre o já mencionado restaurante "O Cangaceiro", fundado em Montevideú.²⁸ Em 1972, esse órgão de segurança, paralelamente ao CIEX, acompanhou as atividades dos militantes brasileiros exilados no Chile, como demonstrou o trecho de um informe produzido no período: “o asilado brasileiro Izidoro Antônio Vianna Gutierrez²⁹ está a serviço de Lechin³⁰ e encontra-se num acampamento, no Chile, a quinze quilômetros da fronteira boliviana”³¹.

Cabe enfatizar que, a prioridade no presente artigo é analisar o funcionamento da agência da DSI/MRE e da base do CIEX instaladas na Embaixada brasileira em Santiago, encarregados de monitorar os exilados que foram para o Chile no início da década de 1970. Porém, apenas um dos ex-funcionários do CIEX que atuou na capital chilena durante o governo de

²⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.6, p. 15/82. Chile e Argentina. Asilados brasileiros. RAIMUNDO DAMASCENO. 05 de junho de 1972.

²⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.87, p. 145/229. Asilados brasileiros no Uruguai. Notícia sobre o restaurante "O Cangaceiro". 26 de abril de 1968.

²⁹ Izidoro Antônio Vianna Gutierrez foi vereador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na cidade de Uruguaiana. Após o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai, onde passou a fazer contatos com organizações de esquerda de outros países da região. No início da década de 1970, realizava viagens constantes entre La Paz e Santiago, estabelecendo contatos entre a esquerda boliviana, chilena e brasileira.

³⁰ Juan Lechín era líder da *Central Obrera Boliviana* (COB). A COB integrou o movimento popular que garantiu a posse do general nacionalista Juan José Torres na presidência da Bolívia em 1970.

³¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.168, p. 12/50. Bolívia. Subversão interna. Intervenção cubana. 17 de maio de 1972.

Salvador Allende e a primeira fase da ditadura, situada entre 11 de setembro e 31 de dezembro de 1973, o capitão do Exército Deoclécio Paulo, concedeu depoimento aos consultores da CNV, em 2014. Na ocasião, ele afirmou ter sido designado para a Embaixada brasileira em Santiago, com a função de auxiliar as atividades do Adido do Exército e da Aeronáutica, coronel Walter Mesquita de Siqueira. O capitão, contudo, negou qualquer envolvimento com o CIEEX, salientando que o cargo de sargento, ocupado por ele na época, era considerado “muito baixo” na hierarquia do serviço diplomático. Por esse motivo, Deoclécio não teria recebido tarefas avaliadas como importantes pelos funcionários daquela representação diplomática, restringindo suas funções à organização da agenda de compromissos do Adido Walter Mesquita de Siqueira³².

O relator da CNV, no entanto, contestou o fato de que as atividades de Deoclécio Paulo tivessem tido um caráter irrelevante dentro da Embaixada brasileira em Santiago, já que devido à atuação no período em que esteve no Chile, o capitão recebeu a Medalha do Pacificador com Palma, homenagem concedida pelo governo brasileiro a militares e civis que tinham se distinguido por atos de bravura no exercício de suas atividades. Em resposta, Deoclécio informou que recebeu a condecoração por ter dado continuidade ao trabalho que desenvolvia na embaixada diante do clima de instabilidade política que atingiu o país durante o governo Allende: “O Chile foi uma confusão [...]. Eu tinha que ir para a Embaixada trabalhar. Eu estava preocupado com a missão, porque eu tinha que chegar. Era uma confusão. Não tinha condução, mas chegava, conseguia. Mas foi uma fase conturbada”³³.

Portanto, em seu depoimento à CNV, o capitão Deoclécio Paulo não forneceu detalhes a respeito da base do CIEEX instalada em Santiago. Dados a respeito das atividades de outras bases do órgão de segurança, no entanto, foram revelados nos depoimentos dos embaixadores Guy de Vasconcellos³⁴,

³² PAULO, D. Depoimento CNV. Brasília/DF, 21 de julho de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Deoclecio_Paulo_21.07.2014_-_ct_rp.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

³³ Idem.

³⁴ VASCONCELLOS, G. de. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em:

conselheiro da Embaixada brasileira em Paris, entre os anos de 1974 e 1977, e Raul Ribeiro³⁵, ministro-conselheiro da Embaixada brasileira em Lisboa, no mesmo período. Enquanto Vasconcellos confirmou a atuação no CIEX em Paris, Ribeiro declarou apenas ter acompanhado as ações do órgão de segurança em Lisboa.

De acordo com Guy de Vasconcellos, em 1974, o coordenador da central do CIEX em Brasília, Octavio Goulart, o designou para chefiar a base do órgão de segurança na Embaixada brasileira em Paris. A principal incumbência de Vasconcellos no cargo era monitorar as atividades do embaixador Delfim Netto no local. Na época, Delfim era considerado um dos apoiadores da ala das Forças Armadas liderada pelo então presidente da República, Ernesto Geisel, a qual era contrária à liderada pelo general Silvio Frota, a quem Octavio Goulart se encontrava alinhado politicamente no Brasil. Desse modo, a função do CIEX, em Paris, se ampliava, vigiando também as ações do embaixador e não só dos brasileiros que depois do golpe no Chile, haviam se exilado na França.

Guy de Vasconcellos declarou, porém, ter coletado informações a respeito dos brasileiros exilados na França a partir de 1974, por meio de fontes de pesquisa disponíveis, entre as quais folhetos, jornais e revistas, encontrados em livrarias de Paris ou impressos por organizações de esquerda brasileiras em atividade no território francês. Posteriormente, esses relatórios eram analisados e encaminhados ao embaixador Delfim Netto que não desconfiava que também fosse vigiado pelo órgão de segurança. Apesar de ter prestado essa declaração, no término de seu depoimento, Vasconcellos avaliou suas ações no CIEX como “uma coisa terrível, eu acho horrível a gente ter que fazer um trabalho. Tem algumas coisas secretas que não pode falar, que não pode dizer, tenho horror a

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2023%20%2000092_000771_20129%20%20Guy%20Mendes%20Pinheiro%20de%20Vasconcellos%2017.02.2014.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

³⁵ RIBEIRO, R. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%2063%20%2000092_00073-2014-99%20-%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

isso. Não faz parte da minha índole”³⁶. Ou seja, o embaixador admitiu que suas ações dentro do órgão de segurança eram clandestinas.

Raul Ribeiro, por sua vez, afirmou em seu depoimento que, ao ser nomeado ministro-conselheiro da Embaixada brasileira em Lisboa, no ano de 1974, acompanhou a fundação da base do CIEX em Portugal. De acordo com Ribeiro, essa base não compartilhava informações com os demais setores da representação diplomática, mas somente com uma central em Brasília: “eu sabia que existia uma célula dentro da embaixada e essa célula [...] não se comunicava conosco, nem com o general [Alberto da] Fontoura, que tinha sido chefe da informação. Eles tinham contato direto com a base deles, em Brasília”³⁷.

O ministro-conselheiro também afirmou que a função desse órgão de segurança não era acompanhar as ações do embaixador Alberto da Fontoura, mas dos brasileiros que se exilaram em Portugal a partir de 1974. Logo após a deposição do general, esses exilados realizaram uma manifestação em frente à embaixada, com o objetivo de protestar contra a ditadura brasileira. No depoimento de Raul Ribeiro, um dos relatores da CNV citou um telegrama no qual o general Alberto da Fontoura, nomeado embaixador brasileiro em Portugal em 1974, criticou o trabalho da base do CIEX na representação diplomática de Lisboa. Fontoura acusou os agentes do órgão de segurança de não compartilhar informações com as demais agências em atividade na Embaixada, dificultando o envio de dados confiáveis ao Brasil. Para resolver essa questão, o embaixador defendeu a compartimentação das atividades, cabendo ao CIEX de forma exclusiva, a transmissão de informações sobre os exilados residentes naquele país:

³⁶ VASCONCELLOS, G. de. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2023%20%2000092_000771_20129%20%20Guy%20Mendes%20Pinheiro%20de%20Vasconcellos%2017.02.2014.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

³⁷ RIBEIRO, R. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%2063%20%2000092_00073-2014-99%20-%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

Embora reconheça as atribuições e a forma de atuação base do CIEX em Lisboa como um todo, não apenas indireta ou fragmentada através dos seus servidores e seu chefe, era a minha interpretação de que as mesmas seriam complementares as desta Embaixada, jamais concorrentes e muito menos conflitantes. Contudo, pode ter sido da minha interpretação, pois na qualidade da representação brasileira em Portugal sei que a mim cabe a responsabilidade de manter a secretaria do Estado [...]. Ademais, através de um único canal de comunicação se poderá preservar o que é desejável, a qualidade de informações e análise, evitando dados de apresentações discrepantes capazes de contribuir para um maior tumulto e desorientação dos órgãos receptores. Acredito que a atuação daquela base do CIEX se deve limitar a certas atividades carentes de habilidade e discrição especiais, como a coleta e transmissão de dados do comportamento de indivíduos ou entidades brasileiras ou não *hostis* ao nosso regime³⁸.

Raul Ribeiro informou que a base do CIEX em Lisboa não mantinha uma rede de compartilhamento de informações com o embaixador daquela representação diplomática, general Alberto da Fontoura, ainda que o mesmo tivesse tido um papel chave no serviço de inteligência brasileiro, por ter sido chefe do SNI, de 1969 a 1973, atuando nos governos dos generais Costa e Silva e Médici. Tal distanciamento refletia a falta de interesse demonstrada por Fontoura em prestar serviços ao presidente Geisel, que pertencia a uma ala das Forças Armadas à qual o general fazia oposição no Brasil³⁹.

Inferese-se que a vinculação entre a base do CIEX, os Adidos das Forças Armadas, a DSI/MRE e os funcionários da Embaixada na capital de um determinado país era mediada pela relação política existente entre o chefe do órgão de segurança e o embaixador, com o presidente brasileiro do período; as

³⁸ RIBEIRO, R. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%2063%20%2000092_00073-2014-99%20-%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

³⁹ RIBEIRO, R. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%2063%20%2000092_00073-2014-99%20-%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

disputas internas refletiam no próprio funcionamento dos órgãos, inclusive os vinculados ao serviço de controle e monitoramento no exterior.

Conforme Adolpho Benevides, essa situação se repetia nas sedes desses órgãos de segurança em Brasília. Desse modo, no período em que presidiu a DSI/MRE (1971 a 1980), o embaixador não teve relação de proximidade com o primeiro-secretário Paulo Sérgio Nery nem com o ministro-conselheiro Octavio de Almeida Goulart, responsáveis por chefiarem a central do CIEX, porque havia compartimentação de informações entre os dois órgãos de segurança. Nas palavras de Benevides, a DSI/MRE trabalhava com a coleta de dados que podiam ser obtidos “por meios ostensivos: seja a imprensa, seja uma conversa, seja o que for” e o CIEX, com a busca de informações, realizando uma “ação realmente sigilosa” dentro do Itamaraty. Sobre essa estrutura de funcionamento, Benevides declarou:

Eu tive dois colegas, um era o meu colega de turma, Paulo Sérgio Nery, e o outro, Octavio Goulart, que era muito amigo meu, eu tinha um relacionamento pessoal com eles muito bom. Aliás, é engraçado, porque às vezes, na época do ministro Silveira, ele às vezes confundia, às vezes ele pedia uma coisa para mim, depois tinha pedido ao Octavio Goulart e vice-versa [...]. Mas eu não tinha uma relação, quer dizer, de funcional com eles. Sabia, aproximadamente, o que eles faziam, que é o que hoje todo mundo sabe. Apenas isso. Agora, nós não fazíamos busca, quer dizer, as nossas fontes de informações externas eram as embaixadas e os consulados, pelas comunicações que mandavam para o próprio Itamaraty, das quais a DSI é órgão. Eu recebia essas comunicações. Nós temos, o senhor conhece, aquele sistema de distribuição, com as novas siglas das divisões todas e muita coisa que era para a área política, para a área econômica ia também para a DSI e eu tinha acesso a isso⁴⁰.

Pode-se afirmar, em relação à Embaixada brasileira em Santiago, entretanto, que não havia divergências profundas de caráter político entre o embaixador Antônio Cândido Câmara Canto, o cônsul-geral Mellilo de Mello – que dirigia a agência da DSI/MRE – e Cláudio dos Santos Rocha – que

⁴⁰ BENEVIDES, A. Depoimento CNV. Brasília/DF, 16 de abril de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_2_58_-_00092_000781_2014_64_-_Adolpho_Correa_de_S_e_Benevides.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

comandava a base do CIEX. Esse grupo mantinha alinhamento ideológico com os diretores desses órgãos de segurança em Brasília, Adolpho Benevides e Paulo Sérgio Nery, e com o presidente Médici. Tal assertiva pode ser comprovada a partir do volume de dados intercambiados entre esses órgãos no Chile e, posteriormente encaminhados, por suas respectivas vias, à comunidade de informações no Brasil, principalmente depois que Salvador Allende assumiu a presidência do país.

O funcionamento da DSI/MRE e do CIEX no Chile

Como exemplo do compartilhamento de dados entre os órgãos de segurança nas dependências da Embaixada brasileira em Santiago, tem-se o caso dos passaportes concedidos por engano, aos exilados José Serra e Cândido Aragão. Por um lado, a DSI/MRE enviou à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama com os antecedentes penais de Serra e Aragão⁴¹. Por outro, o CIEX confirmou a devolução do passaporte de Serra ao serviço diplomático brasileiro no Chile⁴². Ou seja, os dois níveis de análise e transmissão de dados souberam do episódio envolvendo esses passaportes, que demonstra o trabalho integrado no interior daquela Embaixada.

Outro exemplo é o do asilado Paulo de Tarso. A DSI/MRE esclareceu que Paulo solicitou permissão para retornar do Chile porque necessitava tratar os problemas de saúde de uma de suas filhas no país⁴³. O CIEX transmitiu à comunidade de informações brasileira um resumo detalhado das ações do ex-ministro de Goulart durante o exílio em território chileno:

⁴¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 268/278. Senhores Cândido da Costa Aragão e José Serra. 25 de março de 1970.

⁴² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 02/82. José Chirico Serra. Cândido da Costa Aragão. 15 de abril de 1970.

⁴³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.90, p. 74/137. Regresso ao Brasil do asilado territorial Paulo de Tarso Santos. 12 de setembro de 1970.

1. Em 08/NOV/70, o cassado brasileiro PAULO DE TARSO SANTOS, que se encontrava refugiado em Santiago (Chile), procurou a Embaixada do Brasil, naquela cidade, para informar que regressaria em definitivo ao Brasil e, que estava ciente e disposto a enfrentar processos ou inquéritos em que estivesse envolvido. Para tal, solicitou e obteve documentação válida de viagem, autorizada e expedida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 2. PAULO DE TARSO chegou a Santiago em 13/DEZ/64, procedente do Rio de Janeiro (GB) e, por ocasião de seu desembarque obteve visto de turista válido por 90 dias, para mais tarde, ou seja, em JAN/66, receber visto oficial por ser funcionário internacional da FAO, com escritório na capital chilena. 3. Em 16/NOV/70, o marginado teria viajado de Santiago com destino à cidade de Campinas (SP) [...]. A. 4. Consta, ainda, que PAULO DE TARSO teria estado na Bélgica onde estudou métodos modernos de orientação religiosa para conscientização do povo⁴⁴.

Constata-se que, no episódio envolvendo Paulo de Tarso, o embaixador Câmara Canto reuniu e analisou as informações produzidas na DSI/MRE e no CIEX, antes de conceder salvo-conduto a esse asilado. A disponibilização do documento tornou-se possível depois do embaixador avaliar o custo político que a negação da solicitação de Paulo de Tarso poderia ter, pois este, que havia exercido os cargos de deputado e ministro do governo Goulart, no Chile desempenhava a função de técnico da *Food and Agriculture Organization*⁴⁵ (FAO) – cargo que lhe permitiu realizar viagens e manter contatos com pessoas de várias partes do mundo. No entendimento de Câmara Canto, essa rede política poderia montar uma campanha de impacto contra o Itamaraty, caso não fosse permitido o retorno de Paulo e sua família ao país, o que prejudicaria ainda mais a imagem do governo Médici no exterior.

Evidencia-se também que na Embaixada brasileira em Santiago circulavam informações oficiais (representação diplomática), suboficiais (DSI/MRE) e clandestinas (CIEX). Uma pista a respeito das diferenças existentes entre esses dados foi fornecida por Adolpho Benevides. Segundo o embaixador, a função da DSI/MRE era realizar a coleta e não a busca de

⁴⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 23/78. Asilados e refugiados brasileiros no Chile. PAULO DE TARSO SANTOS. 02 de dezembro de 1970.

⁴⁵ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

informações sobre os brasileiros exilados em outros países. Os dois conceitos, originários da doutrina em vigência nas Forças Armadas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, diferenciavam-se pelo fato de a coleta empregar somente meios legais de acesso à informação, enquanto a busca fazia uso, sobretudo, de métodos clandestinos. Por essa razão, a busca envolvia a infiltração de agentes e a interceptação de comunicações postais ou telefônicas de cidadãos brasileiros que estavam residindo em outros países⁴⁶.

Na comunidade de informações brasileira, o termo “coleta” significava reunir dados disponíveis em fontes abertas (jornais e revistas impressas); enquanto “busca” era o levantamento de informações sem a permissão do sujeito que estava sendo alvo da investigação, ou seja, era uma atividade de caráter clandestino. Essa afirmativa pode ser comprovada com o caso dos brasileiros perseguidos pela ditadura Pedro Vianna, Marta Klagadrann, Marcia Fiani e Marijane Lisboa, que resolveram ingressar na Embaixada do Chile no Rio de Janeiro, e de Maria Octavia Borges e Rosita Teixeira Mendonça, que ingressaram na representação diplomática em Brasília, em novembro de 1970, com o objetivo de solicitar asilo político ao presidente Salvador Allende. A DSI/MRE, através de coleta de material publicado na imprensa, listou os antecedentes – filiação, idade, grau de instrução, endereço e profissão – de três desses seis militantes: Marijane Lisboa, Marta Klagadrann e Márcia Fiani⁴⁷. Após a concessão de salvo-conduto pelo governo brasileiro, o grupo desembarcou em Santiago em 13 de janeiro de 1971, o que foi acompanhado pelos agentes do CIEX, como demonstrou o seguinte relatório:

3. Logo após o desembarque na capital chilena, os asilados foram levados à Delegacia de Estrangeiros e de Investigações, da Polícia Civil do Chile, onde assinaram um compromisso no qual “são proibidos de intrometer-se em questões políticas que possam dificultar as relações

⁴⁶ BENEVIDES, A. Depoimento CNV. Brasília/DF, 16 de abril de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_2_58_-_00092_000781_2014_64_-_Adolpho_Correa_de_S_e_Benevides.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

⁴⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 155/278. Asilados políticos na Embaixada do Chile. Concessão de salvo-condutos. 20 de novembro de 1970.

diplomáticas entre os Governos do Brasil e do Chile. Em seguida, se hospedaram no Hotel “EL CONQUISTADOR”, situado no centro da cidade. 4. Segundo consta, os marginados teriam recebido “visto de turista” das autoridades chilenas, ao invés de “visto de asilado” que lhes correspondia, o que lhe permitirá viajar livremente para o exterior⁴⁸.

Outro caso que exemplificou essa diferença foi um evento itinerante organizado por um grupo de exilados, em junho de 1971. A chamada “Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro” percorreu várias universidades chilenas, com exposições e intervenções artísticas que chamavam a atenção para as torturas praticadas no Brasil. Enquanto o CIEX listou os nomes dos exilados⁴⁹ que compareceram ao evento na *Universidad Católica de Chile*⁵⁰, a DSI/MRE relatou apenas sua programação na *Universidad de Concepción*⁵¹. Em síntese, pode-se afirmar que tanto a DSI/MRE como o CIEX, vigiavam as atividades dos brasileiros no Chile, mas o teor dos informes, relatório e dossiês confirmou que esses não provinham da mesma fonte. O CIEX, por exemplo, enviou um relatório à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em abril de 1972, descrevendo a reportagem intitulada “Torturas no Brasil”, escrita por Thiago de Mello, que além de enumerar os tipos de suplício aplicados contra os presos políticos, trazia uma lista com o nome dos torturadores que atuavam nos principais estados brasileiros⁵². No mesmo mês, a DSI/MRE transmitiu um

⁴⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 75/78. Chile. Asilados brasileiros. 22 de janeiro de 1971.

⁴⁹ Os exilados listados no documento foram Amadeu Thiago de Mello, Manoel Thiago de Mello, Amarilio Vasconcelos, Edmur Pérciles Camargo e Takao Amano.

⁵⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 02/80. Chile. Asilados e refugiados brasileiros. “Jornada de Solidariedade com o Povo Brasileiro”. TAKAO AMANO. AMADEU THIAGO DE MELLO. AMARILLIO VASCONCELLOS. EDMUR CAMARGO. 01 de junho de 1971.

⁵¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Segurança e Informações (DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 61/98. “Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro” em Concepción. Asilados participantes. 26 e 25 de julho de 1971.

⁵² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.4, p. 41/65. Uruguai. Frente de Imprensa. “El Popular”. Frente Brasileira de Informações. Asilados no Uruguai e Chile. 04 de abril de 1972.

informe no qual o embaixador Câmara Canto avaliou os integrantes da Frente Brasileira de Informações (FBI) e o apoio que o governo chileno fornecia para a realização de suas atividades no país:

Ainda que os integrantes da chamada "Frente Brasileira de Informações" não sejam todos, ou mesmo que nenhum o seja, asilados, e sim banidos ou foragidos do território brasileiro, não é admissível que esse Governo lhes permita dedicarem-se a tais campanhas públicas de ataque ao Governo brasileiro, tanto mais que, no obstante sua qualidade comprovada de delinquentes comuns, as autoridades chilenas parecem considerá-los "asilados políticos". Rogo manifestar o que precede à Chancelaria⁵³.

Deve-se salientar que o teor da informação corresponde a um material sensível para o aparato repressivo brasileiro, mas é também uma fonte crítica do embaixador ao governo chileno e um pedido de manifestação do Itamaraty ou ao próprio poder executivo. O CIEX tinha uma vantagem em relação à DSI/MRE na busca de informações no exterior, pois o caráter secreto do órgão de segurança permitia que, no caso de denúncia ou vazamento de dados, os seus funcionários, o governo militar e o serviço diplomático brasileiro, não pudessem ser responsabilizados por envolvimento em atividades que violavam as normas diplomáticas internacionais e a soberania de outros países. Por esse motivo, os agentes do CIEX tinham liberdade para efetuar a busca de dados sem obedecer às limitações impostas pelas leis vigentes em outros países, como salienta o trecho do documento a seguir, divulgado no relatório final da CNV:

O serviço deverá existir dentro do mais absoluto grau de sigilo. Essa "clandestinidade" é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em alguma contingência crítica, comprometer o serviço diplomático e, de forma geral, o Governo brasileiro. Este grau de sigilo deverá ser mantido no mais alto nível, assegurando-se que a própria existência do serviço só seja de conhecimento de um número reduzido de autoridades, determinadas por meio de rígidos critérios de compartimentação e necessidade funcional. Dentro do quadro acima descrito podem ser traçadas as linhas mestras para a

⁵³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 05/98. "Frente Brasileira de Informações". Programa radiofônico. 25 de abril de 1972.

estruturação do serviço brasileiro de informações no exterior⁵⁴.

Cabe lembrar que uma das características do Terrorismo de Estado (TDE) consiste na possibilidade do aparato repressivo aplicar táticas encobertas de violência, como a tortura, o sequestro, o assassinato e o desaparecimento, com o objetivo de atingir opositores, sem atender minimamente as diretrizes humanitárias básicas estabelecidas pela ordem jurídica internacional. Desse modo, os órgãos de segurança que compunham o sistema clandestino de repressão – como o CIEX – não estavam sujeitos às limitações normalmente impostas ao exercício da violência, podendo utilizar métodos terroristas de forma indiscriminada contra cidadãos conceituados como inimigos internos, sem enfrentar qualquer problema de legitimidade interna ou externa (SCHULZ, 1990). De fato, o caráter encoberto do CIEX aumentou sua eficácia dentro do mecanismo repressivo, ao permitir que o inimigo interno fosse perseguido para além das fronteiras nacionais, sem que houvesse a necessidade de comunicar oficialmente as autoridades do país que acolhia aqueles sujeitos sobre as operações de segurança realizadas em seu espaço geográfico. Essa característica era de extrema importância em cenários como o chileno, em que o poder executivo estava nas mãos da esquerda, ou seja, de um governo com certo perfil hostil, fato que dificultava a ação dos agentes do CIEX. Tal panorama explica porque o órgão de segurança se tornou, ao lado da DSI/MRE, um dos principais pilares da colaboração do Itamaraty com os serviços de informações e segurança brasileiros.

A atuação eficiente do CIEX devia-se também a adoção das normas determinadas pela PSI/MRE para a elaboração, análise e transmissão dos dados buscados por seus agentes de campo. Além de seguir essas normas, os dados recebidos na central do CIEX, em Brasília, eram avaliadas por agentes denominados de “monitores”, que designavam um conceito de “A1” até “C3” para cada um desses documentos. Os órgãos de segurança brasileiros seguiam

⁵⁴ Brasil.CNV. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%2000092_000292_2015_93.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

um padrão para classificar as informações, consideradas matérias-primas de suas estruturas de funcionamento. Num primeiro momento, a informação era avaliada de acordo com a lisura do agente que a produziu, que variava de “A” (mais confiável) até “F” (menos confiável) e, num segundo momento, segundo a autenticidade do dado produzido, que ia de 1 (mais autêntico) a 6 (menos autêntico) (FICO, 2001: 95). Os documentos produzidos pelo CIEX sobre os brasileiros exilados no Chile analisados no presente artigo, receberam conceitos que oscilaram entre os padrões “A1” e “C2”. Pistas a respeito da forma como eram realizadas essas avaliações foram fornecidas pelo relatório de oitocentas e doze páginas, montado a partir das atividades do jornalista uruguaio Alberto Conrado – de codinome “Altair”, “Zuleica”, “Johnson” ou “Carlos Silveira” – identificado como um dos agentes do órgão de segurança, infiltrado entre as organizações de esquerda brasileiras em atividade no Uruguai e no Chile.

Em julho de 1970, por exemplo, Alberto Conrado realizou uma viagem à Argélia e Cuba, através da qual contactou militantes estabelecidos nesses dois países. Esses exilados repassaram ao agente uma série de informações e cópias de documentos produzidos por organizações de esquerda ou entidades como a FBI, no exterior. Tais dados foram encaminhados ao monitor de Conrado, identificado pelo pseudônimo de “Glauco”, que lhes atribuiu o conceito “B2”⁵⁵, como demonstra o seguinte trecho do relatório:

1. O esquema de comunicações entre MIGUEL ARRAES, na Argélia, e outros elementos subversivos brasileiros, na França, Brasil, Chile, México e Uruguai repousaria em dois elementos principais, que manteriam contato com pilotos brasileiros e de outras nacionalidades, em Paris. 2. Os dois elementos citados seriam MAURICIO (último nome desconhecido), brasileiro, piloto da AIR ALGERIE, residente em Argel [...]. 3. O segundo elemento seria VELOSO (primeiro nome desconhecido), de nacionalidade portuguesa, piloto da AIR ALGERIE, ex-oficial da Força Aérea Portuguesa, 35 anos de idade. VELOSO é o representante em

⁵⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

Argel do da FRELIMO (Frente de Liberação de Moçambique)⁵⁶.

Em outro trecho do relatório, Alberto Conrado informou que, em dezembro de 1972, viajou ao Chile com o objetivo de realizar um levantamento das operações que Joaquim Cerveira e o grupo de brasileiros por ele liderado estariam organizando no exílio. Em Santiago, Cerveira orientou o agente a se dirigir até a Embaixada de Cuba, para tratar da viagem que realizaria a ilha nos próximos meses. Mais tarde, Cerveira e Conrado foram até a Embaixada da Coreia do Norte solicitar que o embaixador permitisse a ida de oito militantes do seu grupo para realizar treinamento militar naquele país. Essas informações foram analisadas por um monitor de codinome “Sidônio” e receberam o conceito “C3”. Após a avaliação, os dados foram publicados da seguinte forma:

1. Em dezembro/1972, o grupo JOAQUIM PIRES CERVEIRA-GILBERTO FARIA LIMA estava constituído da forma que segue. 2. Direção central: JOAQUIM PIRES CERVEIRA, GILBERTO FARIA LIMA e ALTAIR LUCHESI. Direção militar: JOSÉ DE ARAÚJO NÓBREGA, ex-Sargento DARCY RODRIGUES, recém-incorporado ao grupo, e um coronel ou major que fugiu de Foz do Iguaçu com armamento. Comitê político: BENJAMIN VIEIRA LISZT, RONALDO DA SILVA ROCHA, CARLOS MINC BAUMFELD. Coordenador de grupos no Brasil: JOSÉ MARIA RITA (?) [...]. 4. Em início de 1973, o grupo passará a instalar-se fora de Santiago, numa chácara comprada, onde farão cursos políticos e militares. O grupo pretende comprar outra propriedade perto de Arica, que funcionará como depósito de armas compradas na Argentina⁵⁷.

Tal avaliação não foi isolada, pois a maior parte dos documentos do CIEX, a partir de janeiro de 1971, passou a receber o conceito “C1”. Essa mudança ocorreu na mesma fase em que um número significativo de brasileiros mudou-se de Montevidéu para Santiago, atraídos pelo clima de liberdade política que vivenciava o Chile. Ao que tudo indica, essa transferência

⁵⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.7, p. 40/71. Miguel Arraes. Esquema de comunicação. 09 de setembro de 1970.

⁵⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE. 10.2, p. 29/93. Organização do grupo JOAQUIM PIRES CERVEIRA-GILBERTO FARIA LIMA. 12 de fevereiro de 1973.

dificultou o trabalho de contrainformação do órgão de segurança, uma vez que seus monitores não podiam avaliar com a mesma precisão, os dados transmitidos por agentes infiltrados no Chile e no Uruguai. Contata-se que essa dificuldade se originou, provavelmente, pelo fato de um governo socialista estar à frente do poder político no Chile; mesmo não sendo capaz de impedir a ação de serviços de inteligência estrangeiros, coibiu a atuação do CIEX em território nacional, especialmente pelo empenho dos líderes do PS, Jose Tohá e Eduardo Paredes, na coordenação do *Ministerio del Interior* e da *Policía de Investigaciones*, respectivamente. Sobre essa situação, o CIEX relatou o seguinte:

1. Informes de diversas origens dão conta de que, provenientes da Argélia, China, Havana, Uruguai e Bolívia, entre 50 e 150 asilados e banidos brasileiros, estariam gradualmente procurando concentrar-se no Chile.
2. Tal concentração se estaria fazendo com conhecimento e apoio do atual Governo ALLENDE, cujo ministro do Interior, JOSE TOHÁ GONZALEZ, teria combinado com elementos asilados brasileiros de Santiago, dispositivo pelo qual as diversas chegadas ao Chile não figurariam em listas oficiais.
3. Os recursos para os deslocamentos de subversivos, bem como os documentos falsos que se fazem necessários, provêm das organizações subversivas brasileiras, sendo o Uruguai uma das principais vias de encaminhamento (rota: Uruguai, Chile, e daí para Holanda e Suíça ou Havana)⁵⁸.

Cabe destacar que Alberto Conrado era um agente contratado pela ditadura para realizar a busca e o encaminhamento de dados ao aparelho repressivo estatal brasileiro. Nesse sentido, em várias ocasiões, ele exagerou ou inventou informações sobre militantes exilados, na tentativa de obter maiores vantagens econômicas do CIEX. O problema foi detectado pelos monitores, encarregados de realizar o trabalho de contrainformação do material recebido na central do órgão de segurança em Brasília. Por essa razão, ao avaliar um relatório de Conrado, em 1972, o monitor de codinome “Glauco” salientou:

7. Não parece satisfatório a Glauco o explicado quanto aos cumprimentos da “missão” de ALTAIR [Alberto Conrado] para os vários mandantes (TUPAMAROS, PERONISTAS),

⁵⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.9, p. 54/84. Apoio chileno à subversão no Brasil. 12 de novembro de 1970.

prevalecendo a impressão geral de que se trata de muita vantagem dada ao agente para tão poucos resultados para seus mandantes. Quer parecer a GLAUCO que seria talvez necessário um trabalho de contrainformação sobre ALTAIR, em bases sólidas tecnicamente (ex. vigiá-lo durante certo tempo, onde vai, quem contata, etc.), para ter certeza de alguma coisa⁵⁹.

Conclui-se que, no caso do CIEEX, a atribuição dos conceitos “B” e “C”, não parece ter relação direta com a lisura da fonte responsável pelo envio do dado ao Brasil, mas ao trabalho de contrainformação, realizado por seus monitores. Ou seja, as informações eram transmitidas pelos agentes de campo à base do órgão de segurança em Santiago e de lá seguiam para a central em Brasília, onde eram comparadas com dados obtidos de outras fontes, por analistas do órgão de segurança, que lhes atribuíam os já indicados conceitos situados entre “A” e “F”. No caso de Alberto Conrado, as informações passíveis de serem conferidas pelos monitores recebiam a denominação de “B1”, enquanto os dados que não permitiam uma designação mais detalhada eram taxados de “C3”.

Os documentos produzidos pela DSI/MRE não passavam por avaliações semelhantes ao CIEEX, já que suas informações não eram coletadas por agentes em campo, mas na imprensa local, não havendo a necessidade de um trabalho de contrainformação que lhe atribísse grau de confiabilidade e/ou veracidade. Por essa razão, as informações, depois de transmitidas da agência em Santiago, eram recebidas na sede do órgão de segurança, em Brasília, onde eram processadas e, dependendo do caso, retransmitidas a outros segmentos existentes dentro do Itamaraty, como a Divisão de Passaportes (DPP), o Departamento Consular e Jurídico (DCJ), o Departamento da América do Sul (DAS), a Assessoria de Imprensa (AI), entre outros. Posteriormente, esses dados eram enviados aos órgãos que compunham o mecanismo estritamente repressivo, como o CIE, o CISA e o CENIMAR.

No caso do CIEEX, após a avaliação na central, os dados seguiam para a comunidade de informações, especialmente para a Agência Central do Serviço

⁵⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

Nacional de Informações (AC/SNI). Tal fluxo pode ser explicado pela posição central que o SNI ocupava na estrutura de funcionamento da repressão estatal, sendo o órgão encarregado de processar e ordenar todas as informações e contrainformações produzidas em âmbito nacional e internacional. Em suas diretrizes, o PSI/MRE confirmou a posição de destaque do SNI, ordenando que todas as informações produzidas pelos órgãos instalados nas embaixadas brasileiras fossem transmitidas à agência central⁶⁰.

Considerações finais

O conselheiro da Embaixada brasileira em Lisboa, Raul Ribeiro, no término de seu depoimento à CNV, afirmou que durante o período no qual ocupou esse cargo em Portugal, não colaborou com as ações da base do CIEX naquela representação diplomática. Ribeiro justificou esse posicionamento afirmando que “perseguir exilado político era perseguir a imagem do meu pai que tinha sido um exilado político”. Além disso, Ribeiro adotou uma posição diferente de Guy de Vasconcellos (o conselheiro da Embaixada de Paris), ao confirmar que a função principal do órgão de segurança era monitorar as ações dos brasileiros exilados em outros países: “o trabalho de inteligência do CIEX não era relativo a Portugal, mas aos brasileiros em Portugal ou os brasileiros no Chile, ou os brasileiros no Uruguai [...]. É, uma polícia política. Ele não tinha um trabalho de inteligência [...]. Era um trabalho de vigilância a brasileiros”⁶¹. Portanto, a função do CIEX e da DSI/MRE nas Embaixadas brasileiras era monitorar as ações dos exilados e produzir informações sobre os mesmos, suas organizações e seus vínculos e, posteriormente, encaminhar à central em

⁶⁰ Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Circulares%20secretas%20n.%20250%20e%20n.%20252.pdf>.

Acesso em: 25 jan. 2017.

⁶¹ RIBEIRO, Raul. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%2063%20%2000092_00073-2014-99%20-%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

Brasília, que se encarregava de transmitir tais dados ao restante dos órgãos de segurança que compunham o complexo emaranhado repressivo estatal.

Pode-se afirmar que o monitoramento efetuado pela DSI/MRE e o CIEX sobre a comunidade de brasileiros exilados no Chile dificultou o recebimento de salvo-condutos e passaportes, como nos casos de José Serra, Cândido Aragão e Paulo de Tarso; a realização de atividades políticas, como a Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro e a entrada, saída e circulação pelo país, evidenciada nos informes produzidos a respeito das viagens realizadas por Izidoro Antônio Vianna Gutierrez, Marta Klagadrinn, Marcia Fiani, Marijane Lisboa, Maria Octavia Borges, Pedro Vianna e Rosita Teixeira Mendonça. Além disso, a vigilância efetuada pelos dois órgãos de segurança sobre as atividades de Joaquim Pires Cerveira contribuíram no sequestro e desaparecimento do ex-major, no final de 1973, na cidade de Buenos Aires, numa operação conjunta entre os serviços secretos do Brasil e da Argentina. Assim, o CIEX e a DSI/MRE não se envolveram diretamente com as operações repressivas, mas se encarregaram de fornecer dados que possibilitaram ao aparelho repressivo estatal vigiar, perseguir, sequestrar e desaparecer com cidadãos brasileiros exilados em outros países da região.

Referências

ALTAMIRANO, C. **Dialéctica de una derrota**: Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COMBLIN, J. **A ideologia de Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, M. P. **O mundo em que vivi**. V. 2. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

FICO, C. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende: 1970-1973.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

PADRÓS, E. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005. 2 t.

ROLLEMBERG, D. **Exílio: entre raízes e radares.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCHULZ, W. Introducción. In: PIETERSE, J. et al. **Terrorismo de Estado.** El papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 27-38.

TAPIA VALDÉS, J. **El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur.** México: Nueva Imagen, 1980.

TORRES, O. **Democracia y Lucha armada: MIR y MLN-Tupamaros.** Santiago: Pehuén, 2012.

Fontes

a) Arquivo eletrônico da Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20%20Aviso%20secreto%20GDSI48500.5,%20PSIMRE%20e%20anexo%201%20do%20PSIMRE.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Circulares%20secretas%20n.%20250%20e%20n.%20252.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Brasil. CNV. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%2000092_000292_2015_93.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

BENEVIDES, A. Depoimento CNV. Brasília/DF, 16 de abril de 2014. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_2_58_00092_000781_2014_64_-_Adolpho_Correa_de_S_e_Benevides.pdf>.

Acesso em: 02 set. 2018.

CÔRTEZ, M. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%206,%2019%2%2000092_000957_2014_88%20-%20Marcos%20Henrique%20Camillo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

PAULO, D. Depoimento CNV. Brasília/DF, 21 de julho de 2014. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Deoclecio_Paulo_21.07.2014_-_ct_rp.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

RIBEIRO, R. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%202063%20%2000092_00073201499%20%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

VASCONCELLOS, G. de. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2023%20%2000092_000771_20129%20%20Guy%20Mendes%20Pinheiro%20de%20Vasconcellos%2017.02.2014.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

b) A Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) e o Centro de Informações do Exterior (CIEEX)

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEEX)/BR AN, BSB IE.03.3, p. 37/90. Asilados brasileiros no Uruguai. Amaury Silva. João Goulart. Restaurante “Cangaceiro”. 07 de março de 1968.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.87, p. 145/229. Asilados brasileiros no Uruguai. Notícia sobre o restaurante "O Cangaceiro". 26 de abril de 1968.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações

Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 268/278. Senhores Cândido da Costa Aragão e José Serra. 25 de março de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 02/82. José Chirico Serra. Cândido da Costa Aragão. 15 de abril de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.7, p. 40/71. Miguel Arraes. Esquema de comunicação. 09 de setembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.90, p. 74/137. Regresso ao Brasil do asilado territorial Paulo de Tarso Santos. 12 de setembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.9, p. 54/84. Apoio chileno à subversão no Brasil. 12 de novembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 155/278. Asilados políticos na Embaixada do Chile. Concessão de salvo-condutos. 20 de novembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 23/78. Asilados e refugiados brasileiros no Chile. PAULO DE TARSO SANTOS. 02 de dezembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 75/78. Chile. Asilados brasileiros. 22 de janeiro de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.46, p. 66/112. Remessa de jornais para o Consulado Geral em Santiago. 01 de junho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 02/80. Chile. Asilados e refugiados brasileiros. “Jornada de Solidariedade com o Povo Brasileiro”. TAKAO AMANO. AMADEU THIAGO DE MELLO. AMARILLIO VASCONCELLOS. EDMUR CAMARGO. 01 de junho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar /Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Segurança e Informações (DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 61/98. “Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro” em Concepción. Asilados participantes. 26 e 25 de julho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.4, p. 41/65. Uruguai. Frente de Imprensa. “El Popular”. Frente Brasileira de Informações. Asilados no Uruguai e Chile. 04 de abril de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 05/98. “Frente Brasileira de Informações”. Programa radiofônico. 25 de abril de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores(DSI/MRE)/DPN.PES.168, p. 12/50. Bolívia. Subversão interna. Intervenção cubana. 17 de maio de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.6, p. 15/82. Chile e Argentina. Asilados brasileiros. RAIMUNDO DAMASCENO. 05 de junho de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE. 10.2, p. 29/93. Organização do grupo JOAQUIM PIRES CERVEIRA-GILBERTO FARIA LIMA. 12 de fevereiro de 1973.

Recebido em: 30 de julho de 2019
Aceito em: 05 de dezembro de 2019